

cescontexto

"Diferentes formas de dizer não"

Expressões de conflitos ambientais de mineração
e petróleo em Portugal e na América do Sul

Organização

Adriana Bravin

Lúcia Fernandes

Edição

Sara Rocha

Nº 17

Maio, 2017

Debates

www.ces.uc.pt/cescontexto



Propriedade e Edição/Property and Edition

Centro de Estudos Sociais/Centre for Social Studies

Laboratório Associado/Associate Laboratory

Universidade de Coimbra/University of Coimbra

www.ces.uc.pt

Colégio de S. Jerónimo, Apartado 3087

3000-995 Coimbra - Portugal

E-mail: cescontexto@ces.uc.pt

Tel: +351 239 855573 Fax: +351 239 855589

Comissão Editorial/Editorial Board

Coordenação Geral/General Coordination: Sílvia Portugal

Coordenação Debates/Debates Collection Coordination: Ana Raquel Matos

ISSN 2192-908X

Índice

Adriana Bravin e Lúcia Fernandes

Apresentação..... 5

I - Conflitos ambientais e a voz dos movimentos de luta contra a mineração e o petróleo em Portugal

Lúcia Fernandes

Mapear *diferentes formas de dizer não*: notas sobre a co-construção do conhecimento dos conflitos ambientais em Portugal..... 12

Associação Ambiente em Zonas Uraníferas

A AZU e a recuperação ambiental das áreas mineiras degradadas em Portugal 25

António Minhoto

O caso das minas da Urgeiriça e a luta dos ex-trabalhadores da ENU 30

José Janela

Contra a exploração do urânio em Nisa: uma luta vitoriosa..... 34

Stephen Hugman, Dieter Malter, Mathilde Mira

Monchique diz não à mineração. “Salve Monchique de mãos gananciosas” 38

José Miguel Oliveira e Fátima Pinhão

A luta contra a ameaça de exploração de caulino em Bonitos (Soure)..... 46

Maria Teresa Aça de Matos

A formação da PALP no contexto da luta contra a exploração de petróleo no Algarve 56

II - Enquadramento e resistências das comunidades na América do Sul

Fabián Cevallos Vivar

Luchas territoriales: ecología política y comunidades en movimiento frente al Estado neo-extractivo..... 66

Rajiv Maher

Mineração no Brasil e no Chile: “responsabilidade social corporativa” ou “diálogo” para silenciar? 76

Adriana Bravin

Onde tem minério, tem água: o desastre tecnológico da Samarco (Brasil) e os conflitos da mineração além dos limites da comunidade 81

Verónica María Yuquilema Yupangui

Construyendo caminos de resistencia, de lucha y de vida: Desde Intag hasta Tundayme 94

Mapear diferentes formas de dizer não: notas sobre a co-construção do conhecimento dos conflitos ambientais em Portugal^{1, 2}

Lúcia Fernandes,³ Oficina Ecologia e Sociedade - Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra
luciaof@gmail.com

Resumo: O texto procura sistematizar a experiência de trabalho sobre conflitos ambientais em Portugal iniciada pela colaboração com o *Environmental Justice Atlas* e que depois prosseguiu através do projeto exploratório *Portugal: Ambiente em Movimento*. O trabalho baseou-se no conhecimento exploratório sobre os conflitos ambientais, através da construção de um inventário das diferentes lutas, pessoas, instituições, movimentos sociais e plataformas relacionadas com os casos de conflito, do presente e do passado, procurando proporcionar o contacto entre estas pessoas, os seus conhecimentos, argumentos e aspirações.

Palavras-chave: Portugal, conflitos ambientais, conhecimentos, resistências.

Introdução

O mapeamento dos conflitos ambientais em Portugal é um processo em curso e começou com a colaboração com o *Environmental Justice Atlas* (EJAtlas), em julho de 2014, um mapa de conflitos ambientais em todo o mundo, para a integração de casos portugueses, naquela altura inexistente. À Oficina de Ecologia e Sociedade (EcoSoc), do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC) e ao Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações (SOCIUS-CSG, ISEG/UL), instituições a que estou vinculada no meu trabalho de investigação de pós-doutoramento, juntou-se o Centro de Tecnologia Mineral (CETEM), Brasil, na concretização deste trabalho. O nosso objetivo principal foi reunir e

¹ Gostaria e agradecer à Stefania Barca (EcoSoc/CES), à Sofia Bento (SOCIUS/CSG), ao Francisco Fernandes (CETEM, Brasil), à Lays Silva e à Teresa Meira que tiveram um papel fundamental neste trabalho.

² No texto é utilizada a primeira pessoa do singular quando o que é abordado diz respeito a uma interpretação pessoal da autora sobre a informação recolhida. Quando é utilizada a terceira pessoa do plural, a autora procura transmitir o trabalho coletivo realizado em conjunto com as/os investigadoras/es enumerados na nota anterior e com toda a comunidade de pessoas, associativistas e ativistas, técnicos, jornalistas, organizações, instituições, plataformas e movimentos que têm participado, de diferentes formas, neste processo de trabalho.

³ Investigadora no Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações da Universidade de Lisboa e no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, onde co-coordena a Oficina Ecologia e Sociedade (com apoio da FCT ao seu projeto de pós-doutoramento, SFRH/BPD/79933/2011). O seu trabalho de investigação esteve sempre em diálogo e ligação com movimentos de justiça ambiental, desde o estágio que fez durante a universidade na Fundação Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro até aos dias de hoje.

sistematizar conhecimentos existentes, mas dispersos, sobre conflitos ambientais em Portugal, procurando estabelecer pontes entre os conhecimentos relacionados com casos de conflito do presente e do passado detidos por pessoas, instituições, movimentos sociais e plataformas e os investigadores e suas diferentes áreas de atuação (sociologia, história ambiental, ecologia política, antropologia, economia). O mapa foi lançado em março de 2015.

O projeto exploratório *Portugal: Ambiente em Movimento* (PAeM) deu continuidade a este trabalho e lançou um *site* em agosto de 2016 que reúne informação sobre mais casos de conflitos ambientais: 60⁴ (*Ambiente em Movimento*, 2016). Nesta segunda etapa, o contacto com pessoas, instituições, movimentos sociais e plataformas foi ampliado e a quantidade de casos inventariados aumentou, bem como a reunião de documentação sobre os casos de conflitos já inventariados no EJAtlas Portugal.

O objeto: questionando e (re)definindo o conceito de *conflito ambiental*

O discurso frequente dos condutores das atividades económicas e de instituições responsáveis pelo seu controlo é o de que os conflitos ambientais colocam em oposição diferentes partes, com diferentes interesses, e que estes podem ser negociados através de peritos que aplicam técnicas eficientes de mediação e resolução de conflitos para se conseguir atingir um consenso. Com grande frequência, o resultado deste tipo de solução tende a favorecer o lado dos interesses económicos envolvidos, dando lugar a medidas mitigatórias compensatórias que não alteram de maneira substancial o projeto em questão e perpetuam a manutenção do modelo de desenvolvimento baseado no crescimento económico. Busca-se uma solução que pode ser conciliadora, mas que não questiona os pressupostos da conceção de desenvolvimento assumida como vigente.

Desta maneira, o estado do ambiente natural e dos seus componentes, vistos como externos à sociedade e às relações sociais, é uma variável que é gerida e ajustada enquanto recurso para a produção, através de “tecnologias limpas” e do evangelho da ecoeficiência (Martinez-Alier, 2007). Nesta visão, a perspetiva política sobre as desigualdades no acesso aos recursos naturais e ao território e a desigual distribuição dos riscos e das consequências da poluição industrial, que questionam as estruturas de poder existentes, não são consideradas.

O reconhecimento e a tentativa de trabalho com diferentes incertezas

A previsão de comportamento dos problemas ambientais complexos é limitada por diferentes tipos de incerteza de ordem técnica, metodológica, epistemológica e social.⁵ Implica assim que os problemas sejam abordados como complexos, onde a própria relação entre seres humanos e ambiente natural, incluindo a diferença de visões e de contextos, são consideradas.

A definição do conceito de *conflito ambiental* adotada neste trabalho exploratório é, também ela, objeto do trabalho de investigação que se está a desenvolver, partindo deste mesmo percurso, que se pretende discutido e (re)construído coletivamente. Assim, o entendimento existente até ao momento sobre o significado de *conflito ambiental* e a

⁴ Todos os conflitos representados no EJAtlas Portugal estão neste site com informação traduzida para o português.

⁵ Para uma discussão sobre o assunto ver Van der Sluijs *et al.* (2005), relacionada com falta e imprecisão de conhecimentos já existentes em vários âmbitos, controvérsias entre diferentes conhecimentos, maneiras distintas de definição de problemas e de abordagens das instituições aos temas.

resultante definição sobre a qual nos apoiamos neste trabalho, discute a inegável existência de processos de oposição, de resistência e mobilização coletiva suscitadas por situações de efetivo ou potencial dano ambiental, social e à saúde (contaminação dos solos e água de perda de biodiversidade ou outros bens naturais, perda de qualidade de vida e autonomia local, entre outros). As desigualdades estruturais de distribuição de rendimentos e as relações de poder associadas aos objetivos do produtivismo, que consideram o aumento da produção central para a evolução das estruturas sociais, políticas e económicas, têm uma maior carga de danos efetivos ou potenciais. Apoiamo-nos em Martinez-Alier (2007) e na sua discussão sobre o ambientalismo dos pobres e a justiça ambiental e sobre as disputas em torno dos diferentes sistemas de valoração do ambiente. Por um lado, encontra-se o convívio não predatório com a natureza e, por outro, a exploração dos recursos pelo capitalismo. Também Acselrad (2004) tem chamando a atenção sobre as visões diferenciadas entre apropriação, uso e significação do território entre as comunidades e os proponentes dos projetos e as suas práticas geradoras de impactos indesejáveis no solo, água, ar e/ou sistemas vivos.

Inspirações e percurso metodológico: uma cartografia participada de conflitos com uma comunidade ampliada de pares

A leitura dos textos do educador Paulo Freire ajudou a inspirar a metodologia do presente trabalho de investigação. O autor designa por *inérito viável* a materialização de sonhos coletivos de mudança, vista como uma utopia coletiva de transformação da sociedade, e também uma vocação ontológica dos seres humanos em *seres mais* (Freire, 1994). O sonho coletivo em construção e os sonhos individuais, também proclamados por Freire, constituíram uma motivação coletiva para promover o encontro, a articulação e reunião entre pessoas, instituições, lutas, informações e temas, a valorização de múltiplos conhecimentos e a diversidade de narrativas, que incluem visões, análises, desejos e formas de estar no mundo diferenciadas.⁶

Todo um processo de experimentação e reflexão, chamado de *imaginação radical*⁷ por Khasnabish e Haive (2014), constituiu uma força vital que ativou e moveu a transformação social que já emergiu da experiência de interação entre as pessoas, as lutas, os conhecimentos, que são uma maneira de questionamento, e os desafios colocados pelos diferentes sistemas e esferas de poder, pelas formas de violência, opressão e exploração das pessoas e dos territórios. A investigação realizada funcionou também como uma forma de contribuir para o fortalecimento e protagonismo dos movimentos e das suas causas, para a reflexão e (des)construção dos argumentos e das visões sobre os problemas e a construção de alternativas.⁸

A imaginação de uma nova fase convivial da história da sociedade humana, onde há a valorização da comunidade e da construção das suas autonomias, não deixando que o sistema industrial continue a dominar aspetos básicos da sobrevivência, como a educação, os

⁶ Se por um lado, o ponto de partida foi o processo de mapeamento, no momento já verificamos que as necessidades das pessoas, dos movimentos e das lutas vão muito além disso e encontram-se em ter espaços de encontro e partilha e desenvolvimento de estratégias coletivas e verificar que as/os investigadoras/es estão envolvidos/as com os seus temas e lutas.

⁷ O projeto de investigação canadiano *Radical Imagination* é a aplicação do que os autores discutem no seu livro. Mais informação em: www.radicalimagination.org.

⁸ A construção de alternativas pode estar relacionada à estruturação de mecanismos para impedir o início das atividades e/ou exigindo medidas para a minimização dos seus impactos e riscos para a saúde, ambiente, economia, cultura, qualidade de vida, inspirados por propostas como a Transição, o Decrescimento e a Permacultura.

transportes e a saúde (Illich, 1976), aspetos estes presentes nos argumentos das lutas inventariadas. O uso da cartografia crítica (Firth, 2014), uma metodologia e pedagogia que parte da premissa de que o mapeamento é uma forma de exercer poder, foi tomada como ponto de partida para inventariar e caracterizar os casos. Tentamos que fosse um processo o mais participado possível, dentro das limitações existentes de espaço, recursos e tempo, e que gerasse uma constante reflexão coletiva plural e aberta, que assumimos que não é neutra, pois representa os múltiplos e conflituosos desejos e posições das pessoas, incluindo os próprios investigadores, movimentos e comunidades (Firth, 2014). Assume-se, assim, que trabalhar em conjunto com os movimentos e as pessoas envolvidas nestas lutas é também uma maneira de engajamento.

A literatura crítica a maneira como a ciência é praticada e como o conhecimento é produzido foi bastante útil para a reflexão e construção do meu percurso como investigadora neste trabalho. Os conceitos de ciência “cidadã” (Irwin, 1995), “sensível” (Porto, 2012), “de rua” (Corburn, 2005) e “pós normal” (Funtowicz e Ravetz, 1993) trazem-nos elementos para tentar produzir conhecimento que esteja comprometido com as pessoas e com os problemas, o que exige investir tempo e energia neste processo. Referimo-nos aqui à co-produção de conhecimentos (Jasanoff, 2004) entre diferentes pessoas e comunidades, tentando romper com as fronteiras metafísicas e epistemológicas dos conhecimentos e visões de mundo. Criamos numa comunidade alargada de pares, inspirados pelo conceito de Funtowicz e Ravetz (1990), na tentativa de dinamizar um processo de co-produção de conhecimentos (Jasanoff, 2004). Através desta comunidade, busca-se a incorporação dos saberes situados (Haraway, 1988), dos que têm ou deveriam ter voz nos diferentes níveis do espaço público: as pessoas, as comunidades, as instituições (incluindo-se aqui o âmbito legislativo), a academia.

Neste sentido, o mapeamento de conflitos ambientais em Portugal tem assumido a forma de um processo contínuo e dialógico, havendo o cuidado de concretizar uma avaliação constante do conhecimento produzido, o que gera uma relação de confiança e comprometimento entre as pessoas e instituições envolvidas. Esta forma de encarar o processo de produção de conhecimento contraria concepções mais normativas ou ortodoxas em que o conhecimento é reconhecido como válido apenas quando resulta do trabalho de uma comunidade fechada de técnicos e/ou cientistas, comumente chamados de peritos ou *experts*, enquanto únicos agentes legítimos capazes de definir quais são os problemas e as soluções e de contribuir para consolidar o conhecimento.

Tentamos assim articular e envolver: pessoas, uniões sindicais, Organizações Não Governamentais (ONG’s), plataformas, movimentos, jornalistas, parlamentares, instituições, técnicos e académicos de várias universidades. A nossa comunidade é, até ao momento, constituída por diferentes formas de interação, partilha, parceria e colaboração como, por exemplo: recolha de materiais diversos (fotos, documentos, vídeos) dos casos de conflito e temas; sugestões para a descrição e caracterização dos conflitos; participação em eventos realizados, inclusive na sua conceção; mais recentemente alguns académicos contribuíram na revisão científica de casos de conflitos do site AeM.

EJAtlas Portugal – o início de um processo contínuo de co-construção

Foi aqui que se iniciou este percurso. O EJAtlas é um mapa de conflitos ambientais no mundo, idealizado e gerido pelo *Environmental Justice Organizations, Liabilities and Trade*

(EJOLT).⁹ Atualmente é composto por 1821 casos em mais de 150 países, sendo os objetivos do mapa os de catalogar e documentar casos de conflitos relacionados como acesso aos recursos e serviços ambientais, desenvolver aprendizagens, criar redes e apresentar contra perícia aos casos analisados (EJAtlas, 2016).

O mapa temático sobre Portugal foi lançado em março de 2015¹⁰ (EJAtlas Portugal featured map, 2015). O objetivo de organizar este mapeamento foi o de construir um mapa com a maior pluralidade possível de visões, contextos e vozes na abordagem de diferentes temas, assuntos e problemas relacionados com os conflitos ambientais no país, o que foi possível alcançar mesmo com os escassos recursos (humanos, económicos, temporais) empregues e disponíveis. Por outro lado, para a conceção do mapa constituiu também como principal objetivo a co-produção de conhecimentos (Jasanoff, 2004), originando conhecimentos contextualizados, abertos, plurais, inclusivos e dinâmicos, voltados para os problemas e pessoas. O mapa é um conhecimento em construção e está aberto para ser modificado, seja através da criação de um novo caso ou da modificação de um caso já existente.¹¹

Até ao momento foram criados 16 casos.¹² Alguns foram agrupados em conflitos do tipo *country-wide conflicts*, os quais não têm um GPS (Global Positioning System) associado (seguindo-se a metodologia definida pelo EJAtlas). Por este motivo, não é possível contar o número exato de conflitos que o mapa português abrange.¹³

O trabalho realizado de co-produção de conhecimentos recorreu a várias técnicas e instrumentos para a recolha e construção dos conhecimentos, tendo em conta a limitação de recursos existente, nomeadamente, consulta aberta via *e-mail*, inquérito e reunião de documentos disponíveis na internet (artigos em jornais, artigos científicos, comunicações em eventos científicos, relatórios técnicos, teses, blogues, sites, fotos, cartazes, vídeos e outros).

Na primeira fase do mapeamento (agosto-setembro 2014), realizamos uma consulta por *e-mail* a 30 pessoas (ativistas, ONGs, investigadores/as, técnicos/as de instituições, jornalistas, parlamentares).¹⁴ A pergunta enviada foi: “Quais são, na sua opinião, os conflitos ambientais mais importantes em Portugal?”. Recebemos sugestões de casos de conflitos (por ex., a luta contra a central nuclear em Ferrel); de temas (por ex., Barragens, Monocultura extensiva de eucalipto); comentários pessoais sobre a intensidade e desdobramento dos casos (por ex., “as lutas sobre os lixos foram muito fortes nos anos 1990”).

Na segunda fase (setembro-outubro 2014), a informação recolhida foi organizada e complementada com a informação disponível nas diversas fontes disponíveis na internet. Foi realizada a análise temática e a classificação dos conflitos, com inspiração no Método de

⁹ Projeto FP7 (ref. 266642, 2011-2015) com o objetivo geral de unir ciência e sociedade na catalogação e análise dos conflitos de distribuição ecológica (coordenação de Joan Martínez Alier, da Universidade de Barcelona) (EJOLT, 2016).

¹⁰ Em março de 2016 foi criado um novo caso sobre a oposição à exploração do petróleo no Algarve pela Plataforma Algarve Livre de Petróleo (EJAtlas - Algarve livre de petróleo, 2016).

¹¹ Esta é uma característica de todos os mapas do EJAtlas.

¹² Inicialmente estava previsto um mapa de Portugal apenas com 15 casos, uma solução pensada pelos coordenadores do EJAtlas, que procurava criar um equilíbrio com o número de casos dos demais países representados no mapa. No entanto, surgiu a necessidade de acrescentar um 16º caso - o conflito sobre a construção da ponte Vasco da Gama - pois foi referido com grande frequência na primeira consulta realizada e na segunda fase de recolha de informação surgiu como o caso mais votado no inquérito. Não existindo nenhum outro caso dentro da categoria de conflitos sobre construção, o mesmo foi incluído no mapa depois de ter sido proposto à coordenação do EJAtlas.

¹³ Os casos do amianto (EJAtlas - Asbestos removal from the built environment, 2016) e monocultura de eucalipto e baldios (EJAtlas Eucalyptus monoculture and common lands, 2016) são casos em aberto ainda atualmente, com múltiplos conflitos a prosseguir, iniciar e cessar por variados locais do país.

¹⁴ Estas pessoas foram escolhidas pelo critério de estarem disponíveis no mês de agosto de 2014 e serem da rede de contato das/os investigador(es) envolvidas em variadas áreas e âmbitos (não havia financiamento para desenvolver este trabalho e havia um prazo pequeno para o finalizar, tendo sido necessário avançar rapidamente).

Comparação Constante usado na *Grounded Theory* (Boeije, 2002). Os conflitos foram separados por áreas (agricultura, indústria, mineração, gestão do território, energia, megaprojetos, resíduos) e subáreas (por ex., Agricultura: suinicultura, agricultura não sustentável; Resíduos: urbanos, industriais, nucleares),¹⁵ reunindo um universo de mais de 100 casos, sobre os quais foram recolhidas mais e duas mil referências bibliográficas de diversos tipos.

Vários conflitos foram agrupados quando faziam referência ao mesmo tema, mesmo que os locais onde aconteceram sejam/fossem diferenciados. Por exemplo: conflito sobre a cobertura de amianto dos prédios públicos, a localização dos aterros sanitários, a coincineração, a monocultura de eucalipto,¹⁶ as barragens previstas no Plano Nacional de Barragens e as linhas de alta tensão. Foi criada uma grelha para aplicação de critérios com o objetivo de atribuir uma pontuação entre 1 e 5 a cada caso. Alguns dos critérios foram: i) o tipo e número de ações desenvolvidas (marchas, petições, ações de desobediência civil); ii) a participação dos atores e a sua articulação (locais, regionais, nacionais e internacionais); iii) consequências do conflito (parar/impedir atividade, modificação do projeto em causa, criação de movimento, plataforma e/ou associação); iv) recursos mobilizados (instrumentos legais, políticas públicas, ações de protestos, violência); v) cobertura mediática. Esta grelha foi aplicada a cada conflito e posteriormente foi organizada uma lista dos 25 conflitos com maior pontuação.

Na fase 3 (outubro-novembro 2014) enviamos a lista dos 25 conflitos ambientais para 100 pessoas com a pergunta “Quais são os 15 casos mais importantes dos 25 apresentados?” A partir das respostas foi organizado o mapa final de conflitos ambientais em Portugal.

Na fase 4 (março 2015, até aos dias de hoje) o objetivo consiste em promover a interação presencial entre pessoas, movimentos, plataformas, continuando a co-construção de conhecimento, e também disseminar o conhecimento produzido. Os seguintes eventos e atividades foram desenvolvidas neste âmbito: i) Lisboa (25 março 2015): exposição sobre todos os conflitos ambientais do EJA Atlas Portugal;¹⁷ ii) Coimbra (7 julho 2015): exposição e fórum, abordagem de alguns dos conflitos do mapa: aterros sanitários, incineração e co incineração, OGMs, amianto;¹⁸ iii) Coimbra (2 fevereiro 2016): evento sobre conflitos de mineração¹⁹ e organização desta publicação CES contexto “Diferentes formas de dizer não”; iv) Madrid (18 maio de 2016): “Atlas da injustiça ambiental los casos de España y Portugal”. Foram também realizadas apresentações de comunicações em congressos e encontros académicos: *European Sociological Association* (Praga, Agosto 2015); Congresso Brasileiro de Economia Ecológica (São Paulo, setembro 2015), VI Encontro CITCEM: Cruzar Fronteiras: Ligar as Margens da História Ambiental (Porto, novembro 2015); ENTITLE Conference (Estocolmo, março 2016).

¹⁵ Áreas definidas baseadas na Classificação Portuguesa das Atividades Económicas do Instituto Nacional de Estatística.

¹⁶ Após realização do inquérito, verificou-se que fazia sentido a fusão dos casos das lutas sobre eucalipto e das lutas pela defesa dos baldios. O caso dos baldios (o 17º caso mais votado), também aparece no mapa como um conflito do tipo *country-wide conflict* denominado, *eucalyptus monoculture*.

¹⁷ Mais informação em: http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=11395&id_lingua=1

¹⁸ Mais informação em: http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=12219&id_lingua=1

¹⁹ Mais informação em: http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=13110&id_lingua=1

Uma linha do tempo dos casos do EJAtlas Portugal

O mapa apresenta um panorama das mudanças ocorridas na sociedade portuguesa em termos socioeconómicos e ambientais nas últimas cinco décadas. O ponto de partida foi o fim do regime ditatorial (1974), momento em que ocorreram rápidas e drásticas mudanças sociais e em que novas políticas de desenvolvimento foram implementadas.²⁰

O caso mais antigo do mapa teve início em 1957, o caso de oposição à indústria de curtumes do rio Alviela. Permaneceu ativo ao longo de décadas e gerou a formação de duas comissões: Comissão de Luta Anti-Poluição do Alviela (CLAPA), um movimento de cidadãos formado em 1976; e a Comissão de Defesa do Rio Alviela, iniciativa da Câmara Municipal de Santarém com adesão de 40 instituições em 2005 (EJAtlas - Alviela River Pollution, 2015).

Outro caso é o da oposição à construção da central nuclear de Ferrel (EJAtlas - Nuclear power station in Ferrel, 2015), que iniciou a convergência de grupos nacionais e locais, rurais e urbanos, cidadãos, académicos e intelectuais para o debate antinuclear, tendo prosseguido com a aliança com a luta espanhola para a contestação de centrais nucleares naquele país (nos anos 1980, com a construção da central nuclear de Sayago e de Almaraz e posteriormente com a exigência de encerramento desta última) (Barca e Delicado, 2016; Mansinho e Schmidt, 2008; EJAtlas Espanha, 2014).

Nos anos 1980, Portugal integrou a então designada Comunidade Económica Europeia (CEE) (1986), que trouxe investimentos económicos para o país que estiveram na base da geração de conflitos na década seguinte, como será apresentado a seguir; a lei de bases do ambiente (Lei n.º 11/1987) e das Organizações de Defesa do Ambiente (Lei n.º10/1987), inauguraram a criação de um marco legal e de políticas públicas na área ambiental no país. Verificou-se a formação e/ou institucionalização de várias associações e também a formação do hoje denominado Partido Ecologista Os Verdes, em 1982. Todavia, apesar da Constituição da República Portuguesa definir no artigo 66º o direito ao ambiente, os impactos ambientais das políticas de modernização do país estiveram fora da agenda governamental até então.

A entrada na CEE contribuiu para abrir algumas instâncias de ação e luta, registando-se a emergência gradual de movimentos locais contra situações ou ações envolvendo algum grau de injustiça, violação de direitos ou o bem-estar das populações (Santos e Nunes, 2004). Um conflito longo, e que ficou conhecido como a “guerra dos caulinos”, teve início em 1987, quando foi concedida uma licença para exploração de caulinos em Barcelos. Liderado por um movimento local, o Movimento Cívico de Barqueiros, com apoio das associações nacionais Quercus e GEOTA, principalmente, conseguiu suspender uma das explorações de caulinos por mais de 20 anos (EJAtlas - Kaolin mining by Mibal company, 2015).

Na fronteira com a Espanha, em Aldeadávila de la Ribera, a tentativa de instalação de um depósito de resíduos nucleares gerou protestos e foi suspensa (EJAtlas Nuclear waste storage near the Spanish frontier, 2015). O aumento e concentração da indústria de suínos na bacia do rio Lis, denominada pelos jornalistas como o “desastre de *Suinoby*”, levou a protestos em várias localidades afetadas pelas descargas (EJAtlas - Pollution from hog farming in Leiria, 2015). Ao mesmo tempo, a defesa de modos tradicionais e comunitários de vida iniciaram conflitos contra a indústria do papel e a “eucaliptação” do território em vários locais do país em 1989 (EJAtlas eucalyptus monoculture and common lands, 2015), com

²⁰ Há casos de conflitos ambientais mais antigos, como por exemplo contra a florestação dos baldios, entre 1939 e 1945 (Baptista, 1994); na mineração, desde meados do século XIX até ao Estado Novo (em Aljustrel e São Domingos) (Guimarães, 2013).

especial destaque para o caso da Serra da Aboboreira e de Valpaços (1989), onde uma ação de desobediência civil gerou a destruição de de três mil eucaliptos (Baptista, 2010).

Já na última década do século 20, os conflitos ambientais multiplicaram-se e diversificaram-se. Subjacente a este cenário está, sobretudo, um contexto de políticas de desenvolvimento baseadas na construção de estradas e de infraestruturas de energia. O projeto de construção da ponte Vasco da Gama levou à mobilização pela proteção da biodiversidade local (EJAtlas - Movement against the location of the Vasco da Gama bridge, 2015) e o projeto da barragem de Foz Côa, que foi interrompido, provocou oposição por conta do património arqueológico local (EJAtlas - Foz Côa dam at Guarda, 2015). É também neste período que se iniciou a criação de coligações temáticas da sociedade civil como, por exemplo, a “Plataforma Transgênicos Fora”, criada em 1999, que inaugura a oposição a organismos geneticamente modificados (OGM) no país (EJAtlas - Anti-GMO Struggle, 2015). Outros conflitos relacionados com a construção de barragens, mini hídricas e linhas de alta tensão surgem neste período (EJAtlas multiple struggles against new large dams, 2015), um conflito relacionado com a construção da autoestrada A2 Lisboa-Algarve (EJAtlas - A2 motorway, 2015) e os conflitos sobre aterros de resíduos urbanos e industriais (co incineração) em várias localidades (EJAtlas - Multiple landfill sites, 2015; EJAtlas - Co-incineration in Cimpor and Secil cement kilns, 2015). Apesar da polifonia de vozes em contraponto ao modelo económico que se ia implementando, vários protestos foram desvalorizados pelos media, por técnicos e cientistas que, com discursos localistas do tipo “No meu quintal não”, acabaram por colocar em causa a legitimidade das formas de expressão manifestadas pelos cidadãos em protesto. A par deste contexto, é também nesta fase que o país adota uma maior regulação ambiental como a lei que regula os estudos de impacto ambiental (Decreto-lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro).

No século XXI, entre 2001 e 2015, os conflitos mais intensos representam a continuidade das resistências iniciadas na década anterior. Novos casos de luta contra a construção de grandes barragens, mini hídricas do Plano Nacional de Barragens (EJAtlas - Multiple struggles against new large dams, 2015) e novas linhas de alta tensão avançaram (EJAtlas - High voltage electricity transmission lines, 2015). Neste período surgem também conflitos marcados por problemas ambientais e com graves consequências ao nível da saúde humana com causas mais remotas, dilatadas no tempo, decorrentes da exposição ao urânio nas minas da Região Centro (EJAtlas - Abandoned uranium mines, 2015), e outros conflitos que reivindicam a remoção de estruturas com amianto em escolas (EJAtlas - Asbestos removal from the built environment, 2015).

Um novo conflito de oposição aos OGM, realizado por agricultores e grupos ambientalistas iniciou-se em 2007, quando alguns ativistas realizam uma ação de desobediência civil e destroem um campo de milho OGM no Alentejo (EJAtlas - Anti-GMO Struggle, 2015). Mais conflitos relacionados com “eucaliptação” do território e a apropriação de terras comuns – baldios (EJAtlas - Eucalyptus monoculture and common lands, 2015) – e de linhas de alta tensão (EJAtlas - High voltage electricity transmission lines, 2015) surgiram. Mais um conflito transfronteiriço surge ainda, com a tentativa de exploração de uma mina de urânio em Retortillo-Santidad, Espanha (EJAtlas - Nuclear waste storage near the Spanish frontier, 2015).²¹

²¹ Aldeadávila de la Ribera e Retortillo-Santidad são casos de conflito denominados transfronteiriços, já que se localizam em Espanha. A valorização portuguesa nestes casos, e sua interligação, foi ressaltada no inquérito desenvolvido na primeira fase, tendo havido a associação dos dois casos. Seguindo-se esta sugestão, construímos um único conflito no mapa português.

Notas conclusivas e questões emergentes

Considero este o início de um processo, ainda pouco sistematizado, mas que poderá produzir conhecimento novo sobre ecologia política e conflitos ambientais em Portugal e que, com potencial que detém na academia, pode conduzir à reflexão e práticas de uma ciência mais cidadã, envolvida e sensível. Até ao momento, o conhecimento gerado não é só o conhecimento produzido na academia, mas inclui aspetos mais abrangentes, provenientes do contato com as pessoas, das vivências resultantes, das opiniões e diferentes visões em presença.

O que considero como principais resultados atingidos até ao momento, além dos dois sites (*EJAtlas Portugal* e *Portugal: Ambiente em Movimento*) que permitem dar visibilidade e promover o debate sobre o assunto em Portugal e no mundo, foi o início de um resgate de memórias de lugares, pessoas e movimentos, e o estabelecimento de ligações e vínculos cognitivos, políticos, afetivos e emocionais entre pessoas, instituições, movimentos e plataformas protagonistas dos casos de conflito do presente e do passado (ativistas, ONGs, movimentos, plataformas, académicos/as, técnicos/as, parlamentares, jornalistas e investigadores/as). Este processo poderá contribuir para o início de novas iniciativas e trabalhos conjuntos no futuro.

O modelo de desenvolvimento adotado nos projetos que motivaram e continuam a motivar as lutas acarreta frequentemente a destruição ou modificação do ambiente natural e impede que os modos de vida das comunidades locais tenham voz na definição do futuro do uso dos territórios, o seu local de habitação, de trabalho e de lazer. São dois efeitos intimamente relacionados, mas que são apresentados separadamente, ignorando-se a relação cultura/natureza construída nestes locais.

O vínculo ao lugar, um sentimento de pertença e enraizamento, expresso em diferentes sistemas – simbólicos, históricos e culturais (Escobar, 1993) – apresenta-se como um elemento comum a muitas das lutas. Por outro lado, a luta antinuclear em Portugal, por conta da não existência deste tipo de atividade em Portugal, não tem um vínculo somente ao lugar, mas também a uma causa: o “não à energia nuclear”. O lugar é uma referência física, mas que também assume aspetos simbólicos e imateriais, relacionados como exercício da vida quotidiana de diversas maneiras: enquanto local de residência, a fonte de alimentos e outros recursos, a fonte de abrigo, de trabalho e de lazer. Os lugares são territórios de liberdade, de autonomia, onde as diferentes pessoas, comunidades, identidades e horizontes emancipatórios coexistem.

A quantidade de conflitos inventariados e a diversidade de áreas e temas abrangidos dão indicações de que não existe consenso sobre a modificação, a dominação e a expropriação dos territórios propostos pelas agendas que orientam as políticas públicas em diferentes áreas (energética, agrícola, mineral, de ordenamento urbano). Por seu turno, as lutas registadas são motivadas pelas oposições ao funcionamento (exigindo medidas para a minimização dos seus impactos e riscos para a saúde, ambiente, economia, cultura, qualidade de vida) e/ou tentativa de implantação de atividades económicas diversas em áreas como a agricultura, energia, indústria, mineração, os resíduos, megaprojetos e a gestão do território e estão relacionados com variadas questões: formas de uso da terra, da água e do mar, soberania alimentar, conceção de exploração de recursos, territórios e de desenvolvimento local. Alguns casos questionam os processos de mercantilização e privatização dos recursos, territórios e conhecimentos e a desigual distribuição dos riscos e benefícios das atividades económicas em causa. Podemos considerá-los parte das lutas pela justiça ambiental, sendo baseados no direito de participação nas decisões e na discussão de propostas de visões de mundo e de desenvolvimento alternativo.

A não construção da infraestrutura, o fortalecimento das resistências locais e/ou a mudança institucional/abertura de canais para a colocação de demandas das comunidades, associações e pessoas são resultados das lutas que podemos encontrar de diversas maneiras nos casos. É o caso, por exemplo, da luta sobre as minas de urânio do Centro, da barragem de Foz Côa e da “guerra dos caulinos”. Também o diálogo, e as ligações entre diferentes lutas e movimentos, pode ser identificado, como é o caso do urânio e do nuclear, dos resíduos urbanos e industriais nos anos 1990 e 2000.

O maior foco em abordar alguns temas/casos nos discursos exibidos em documentos e ações e a participação mais frequente de alguns intervenientes (institucionais ou individuais) é um aspeto a explorar no futuro, procurando compreender se existe uma dinâmica e como podemos tentar analisá-la. O Estado e os media são opositores e/ou apoiadores nas diferentes fases e contextos dos conflitos, o que é também um aspeto com interesse a analisar.

A temática do trabalho e os trabalhadores estão pouco presentes nas lutas. O urânio na Região Centro, as lutas sobre a retirada do amianto das escolas, com envolvimento da CGTP-IN e Fenprof, são os casos recentes onde há mais trabalhadores e associações de trabalhadores e organizações sindicais envolvidas. Também o papel das mulheres é outra questão a aprofundar, só tendo sido identificado um protagonismo notável no caso das viúvas dos trabalhadores das minas de urânio na Região Centro e no caso das mobilizações contra os OGMs.

Percebe-se a presença de dinâmicas que buscam novas estruturas, práticas e valores de conservação dos ecossistemas e de produção e consumo de alimentos, o resgate/reconstrução de práticas ancestrais desenvolvidas localmente (inspirados pela Transição e Permacultura, por exemplo), distintos daqueles que estão na base da organização do sistema produtivista. Estas práticas estão presentes numa grande diversidade de territórios como, por exemplo, nos campos, nas florestas e nas cidades de norte a sul do país.

A continuidade da discussão sobre a definição de conflito ambiental e de trabalho, a partir de uma perspetiva sobre as desigualdades no acesso aos recursos naturais e ao território e a desigual distribuição dos riscos e das consequências da poluição industrial é uma das questões que continua a ser co-construída pelos diversos intervenientes na continuidade deste trabalho.

Referências bibliográficas

Acselrad, Henri (Org.) (2004), *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Ambiente em Movimento (2016), “Website do projeto exploratório”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <http://www.ambientemovimento.org>.

Baptista, Fernando Oliveira. (1994), “A agricultura e a questão da terra - do Estado Novo a Comunidade Europeia”, *Análise Social*, 128 (XXIX), 907-921.

Baptista, Gualter Barbas (2010), *Environmental Conflicts with Social Metabolism. Florestry Expansion and Socioeconomic Change*. Tese de doutoramento. Lisboa: FCT-Faculdade de Ciências e Tecnologia, UL-Universidade de Lisboa.

Barca, Stefania; Delicado, Ana (2016), “Anti-nuclear Mobilisation and Environmentalism in Europe: A view from Portugal (1976-1986)”, *Environment and History*, 22(4), 497-520.

Boeije, Hennie (2002), “A purposeful approach to the constant comparative method in the analysis of qualitative interviews”, *Quality e Quantity*, 36, 391-409.

Corburn, Jason (2005), *Street Science: Community Knowledge and Environmental Health Justice*. Cambridge: MIT Press.

EJAtlas - A2 motorway (2015), “A2 motorway, Portugal”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/conflict/a2-motorway-portugal>

EJAtlas - abandoned uranium mines (2015), “Abandoned uranium mines, Portugal”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/conflict/uranium-mining-canas-de-senhorim-portugal>.

EJAtlas - Algarve livre de petróleo (2016), “Algarve livre de petróleo, Portugal”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/conflict/algarve-livre-de-petroleo>.

EJAtlas - Alviela River Pollution (2015), “Alviela river pollution by tanning industry and other activities, Portugal”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/conflict/poluicao-por-curtumes-rio-alviela-pernes-portugal>.

EJAtlas - anti-GMO Struggle (2015), “Anti-GMO Struggle, Portugal”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/conflict/anti-gmo-mouvement-portugal>.

EJAtlas - Asbestos removal from the built environment (2015), “Asbestos removal from the built environment, Portugal”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/conflict/asbestos>.

EJAtlas - Co-incineration in Cimpor and Secil cement kilns (2015), “Co-incineration in Cimpor and Secil cement kilns, Portugal”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/conflict/co-incineration-in-cimpor-and-secil-cement-kilns-portugal>.

EJAtlas - Espanha (2015), “Environmental Justice Atlas Spain”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/country/spain>.

EJAtlas - Eucalyptus monoculture and common lands (2015), “Eucalyptus monoculture and common lands, Portugal”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/print/eucalyptus-monoculture-and-common-lands-portugal>.

EJAtlas - Foz Côa dam at Guarda (2015), “Foz Côa dam at Guarda, Portugal”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/conflict/foz-coa-dam-guarda-portugal>.

EJAtlas - high voltage electricity transmission lines (2015), “high voltage electricity transmission lines, Portugal”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/conflict/high-voltage-transmission-lines-portugal>.

EJAtlas - Kaolin mining by Mibal company (2015), “Kaolin mining by Mibal company, Portugal”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/conflict/kaolin-mining-by-mibal-company-braga-portugal>.

EJAtlas - Movement against the location of the Vasco da Gama bridge (2015), “Movement against the location of the Vasco da Gama bridge, Portugal”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/featured/portugal>.

EJAtlas - multiple landfill sites (2015), “multiple landfill sites, Portugal”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/conflict/landfills-portugal>.

EJAtlas - Nuclear power station in Ferrel (2015), “Nuclear power station in Ferrel, Portugal”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/conflict/nuclear-power-station-in-ferrel-peniche-portugal>.

EJAtlas - Nuclear waste storage near the Spanish frontier (2015), “Nuclear waste storage near the Spanish frontier”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/conflict/nuclear-waste-storage-near-the-spanish-frontier-of-portugal>.

EJAtlas - Pollution from hog farming in Leiria (2015), “Pollution from hog farming in Leiria, Portugal”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/conflict/pig-industry-in-lis-river-portugal>.

EJAtlas - Portugal featured map (2015), “Map of Environmental Conflicts and Mobilization in Portugal”, Página consultada a 10.03.2017, disponível em <https://ejatlas.org/featured/portugal>.

EJOLT (2016), “EJOLT project site”. Página consultada a 10.03.2017, disponível em www.ejolt.org.

Firth, Rhiannon (2014), “Critical Cartography as Anarchist Method? Utopian Extrapolation and Pedagogy”, *Interface: A journal by and for Social Movements*, Special issue on pedagogy and social movements, 6 (1), 156-184.

Freire, Paulo (1994), *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra [3ª edição].

Funtowicz, Silvio; Ravetz, Jerome (1990), *Uncertainty and quality in science for policy*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers.

Funtowicz, Silvio; Ravetz, Jerome Raymond (1993), "Science for the post-normal age", *Futures*, 25 (7), 739-755.

Haiven, Max; Khasnabish, Alex (2014), *The Radical Imagination: Social Movement Research in the Age of Austerity*. Londres: Zed Books.

Haraway, Donna (1988), “Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective”, *Feminist Studies*, 14 (3), 575-99.

Illich, Ivan (1976), *A convivencialidade*. Lisboa: Editora Publicações Europa América.

Irwin, Alan (1995), *Ciência cidadã um estudo das pessoas: especialização e desenvolvimento sustentável*. Lisboa: Instituto Piaget.

Jasanoff, Sheila (2004), *States of knowledge: the co-production of science and social order*. Londres: Routledge.

Mansinho, Inês; Schmidt, Luísa (2008), “A emergência do ambiente nas ciências sociais: análise de um inventário bibliográfico”, *Análise Social*, 125/126 (XXIX), 441-481.

Martinez-Alier, Joan (2007), *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto.

Porto, Marcelo Firpo de Souza (2012), *Uma ecologia política dos riscos: princípios para integrarmos o local e o global na promoção da saúde e da justiça ambiental*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ-Fundação Oswaldo Cruz [2ª edição].

Santos, Boaventura de Sousa; Nunes, João Arriscado (2004), “Introduction: Democracy, Participation and Grassroots Movements in Contemporary Portugal”, *South European Society and Politics*, 9 (2), 1-15.

Van Der Sluijs, Jeroen; Craye, Mathieu; Funtowicz, Silvio; Kloprogge, Penny; Ravetz, Jerry; and Risbey, James (2005), “Combining quantitative and qualitative measures of uncertainty in model based environmental assessment: the NUSAP system”, *Risk Analysis*, 2 (25), 481-492.